



**ESPAÇO
MUNICIPAL**

PROGRAMA DO CONCURSO

Concurso Público

Aquisição de 3 automóveis elétricos para posterior locação
financeira/leasing

2024_CP31



RENOVAÇÃO URBANA E GESTÃO DO PATRIMÓNIO

RUA DR. CARLOS PIRES FELGUEIRAS, N.º 181, 4470-157 MAIA, PORTUGAL
TEL. (+351) 229 438 030* · geral@espacomunicipal.pt · www.espacomunicipal.pt
* chamada para a rede fixa nacional

PROGRAMA DO CONCURSO

ÍNDICE

Artigo 1.º Identificação do Procedimento	4
Artigo 2.º Entidade Adjudicante	4
Artigo 3.º Decisão de Contratar	4
Artigo 4.º Fundamento da Escolha do Procedimento	4
Artigo 5.º Peças do Procedimento	4
Artigo 6.º Consulta e Aquisição das Peças do Procedimento	5
Artigo 7.º Júri do Procedimento	5
Artigo 8.º Esclarecimentos, Retificações e Erros e Omissões das Peças do Procedimento.....	5
Artigo 9.º Modo e Prazo de Apresentação de Propostas.....	6
Artigo 10.º Conteúdo e Documentos que Integram a Proposta	7
Artigo 11.º Propostas Variantes.....	8
Artigo 12.º Obrigação da Manutenção da Proposta	8
Artigo 13.º Alteração e/ou Retirada da Proposta	8
Artigo 14.º Lista dos Concorrentes e Consulta das Propostas	8
Artigo 15.º Esclarecimentos sobre Documentos que Integram as Propostas	9
Artigo 16.º Análise das Propostas	9
Artigo 17.º Avaliação das Propostas	10
Artigo 18.º Critério de Adjudicação.....	10
Artigo 19.º Relatório Preliminar	10
Artigo 20.º Audiência Prévia.....	10
Artigo 21.º Relatório Final.....	11
Artigo 22.º Escolha do Adjudicatário.....	11
Artigo 23.º Notificação da Decisão de Adjudicação	11
Artigo 24.º Documentos de habilitação	12
Artigo 25.º Não Apresentação dos Documentos de Habilitação	13
Artigo 26.º Falsidade de Documentos e Declarações.....	13
Artigo 27.º Prestação de Caução	13



Artigo 28.º Minuta do Contrato	13
Artigo 29.º Celebração do Contrato.....	14
Artigo 30.º Despesas e Encargos do Concorrente	14
Artigo 31.º Legislação Aplicável.....	14
ANEXO I Declaração de Aceitação	15
ANEXO II Declaração de Habilitação.....	17
ANEXO III Modelo de Proposta	18

Artigo 1.º

Identificação do Procedimento

1. O presente concurso é designado por aquisição de 3 automóveis elétricos para posterior locação financeira/leasing.
2. O presente Programa do Concurso visa regular o procedimento em conformidade com as cláusulas descritas no Caderno de Encargos.

Artigo 2.º

Entidade Adjudicante

Para efeitos do presente procedimento, a entidade adjudicante é a Espaço Municipal – Renovação Urbana e Gestão do Património, E.M., S.A., (doravante designada Espaço Municipal) com sede na Rua Dr. Carlos Pires Felgueiras, 181, 4470-157 Maia.

Artigo 3.º

Decisão de Contratar

A decisão de contratar e respetiva autorização de despesa relativa ao presente procedimento foi tomada pelo Conselho de Administração, ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 36.º do CCP.

Artigo 4.º

Fundamento da Escolha do Procedimento

O presente procedimento pré-contratual é realizado ao abrigo do disposto na al. b) do n.º 1 do artigo 20.º do CCP.

Artigo 5.º

Peças do Procedimento

1. As peças que instruem o procedimento são as seguintes:
 - a) Programa do Concurso e Anexo I, II (Modelo de Declaração) e Anexo III (Modelo de Proposta).
 - b) Caderno de Encargos e Anexo I (Disposições Especiais / Especificações Técnicas).
2. O procedimento integrará ainda, se for caso disso, os esclarecimentos e as retificações que venham a ser prestados nos termos definidos no presente Programa do Concurso.

Artigo 6.º

Consulta e Aquisição das Peças do Procedimento

O processo será integralmente disponibilizado na plataforma eletrónica de contratação pública AcinGov, acessível através do sítio eletrónico www.acingov.pt, onde será possível fazer a consulta e o download das peças do concurso, bem como apresentar a proposta.

Artigo 7.º

Júri do Procedimento

1. O presente procedimento será conduzido por um Júri, composto por três membros efetivos e dois suplentes, ao qual compete prestar os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças procedimentais e proceder à avaliação, classificação e graduação das propostas.
2. O Júri só poderá deliberar verificando-se a presença do número de membros correspondente ao dos seus membros efetivos.
3. Nas deliberações em que haja voto de vencido de algum membro do Júri, menciona-se em ata essa circunstância, devendo o membro em questão fazer exarar as razões da sua discordância.
4. O Conselho de Administração da Espaço Municipal poderá designar, se assim o considerar conveniente, peritos ou consultores para apoiarem o Júri no exercício das suas funções.
5. Os peritos ou consultores referidos no número anterior podem participar nas reuniões do Júri, mas não têm direito de voto.
6. O Júri do procedimento pode pedir aos concorrentes quaisquer esclarecimentos sobre as propostas apresentadas que considere necessárias para efeito de análise e de avaliação das mesmas.

Artigo 8.º

Esclarecimentos, Retificações e Erros e Omissões das Peças do Procedimento

1. Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento devem ser solicitados, por escrito, ao órgão competente para a decisão de contratar, no primeiro terço do prazo fixado para apresentação da proposta, na plataforma eletrónica prevista no n.º 1 do artigo 6.º, devendo ser sempre indicado no assunto a referência do procedimento.

2. No mesmo prazo previsto no número anterior, deverá ser apresentada lista na qual se identifique, expressa e inequivocamente, os erros e as omissões das peças do procedimento detetados pelos Concorrentes, que deve ser carregada na plataforma eletrónica prevista no n.º 1 do artigo 6.º.
3. A apresentação da lista na qual se identifique expressa e inequivocamente, os erros e as omissões das peças do procedimento detetados pelos Concorrentes devem respeitar o previsto nos n.ºs 2 e 3 do Artigo 50.º do CCP.
4. No caso de os Concorrentes identificarem esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento, bem como erros e omissões das mesmas, em prazo posterior ao fixado nos n.ºs 1 e 2 do Artigo 8.º e que fossem possíveis de identificar dentro desse prazo, serão responsáveis, em metade, pelo pagamento dos trabalhos complementares necessários ao suprimento da falta de pedido dos esclarecimentos necessários e dos erros e omissões.
5. Até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, o órgão competente para a decisão de contratar:
 - a) Presta os esclarecimentos solicitados;
 - b) Pronuncia-se sobre os erros e as omissões identificados pelos Concorrentes, considerando-se rejeitados todos os que, até ao final daquele prazo, não sejam por ele expressamente aceites.
6. A prestação dos esclarecimentos e a pronúncia sobre os erros e omissões referidos no número anterior serão notificados através da plataforma eletrónica utilizada para a condução do procedimento, e ficarão disponíveis para consulta na sede da Entidade Adjudicante.

Artigo 9.º

Modo e Prazo de Apresentação de Propostas

1. Nos termos do artigo 62º, n.º 1 do Código dos Contratos Públicos, a apresentação da proposta e dos documentos que a acompanham, deverá ser realizada exclusivamente através da plataforma eletrónica de contratação pública disponível em www.acingov.pt, até às 17h00 do 9.º dia, contado da data do envio do Programa do Concurso.
2. A proposta considera-se entregue quando o concorrente procede à submissão da totalidade dos documentos que a integram, após o carregamento da mesma

na plataforma eletrónica, em que o concorrente efetiva a assinatura eletrónica da mesma.

3. A receção da proposta será registada, anotando-se a data e a hora em que são recebidas, e culmina com a entrega ao concorrente de um recibo eletrónico comprovativo dessa receção.

Artigo 10.º

Conteúdo e Documentos que Integram a Proposta

1. A proposta deve incluir os seguintes elementos documentais, cuja apresentação é obrigatória:
 - a) **Declaração do Concorrente de Aceitação do Conteúdo do Caderno de Encargos**, elaborada em conformidade com o modelo constante no **Anexo I** ao presente Programa do Concurso;
 - b) **Proposta** para a execução do contrato, elaborada em conformidade com o modelo constante do **Anexo III** ao presente Programa do Concurso, com a indicação do preço total, modelo, autonomia em ciclo urbano, consumo elétrico combinado e potência;
 - c) **Ficha(s) técnica(s)**, com a menção obrigatória das especificações previstas no Caderno de Encargos e na proposta da concorrente;
 - d) **Certidão Permanente do registo comercial**;
2. Os preços apresentados não poderão dispor de mais de 2 (duas) casas decimais.
3. Os documentos que constituem a proposta serão obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa e apresentados em formato PDF.
4. Sem prejuízo do disposto nas normas legais relativas às causas de exclusão das propostas, a não apresentação do exigido na alínea b) do n.º 1 do presente Artigo constitui causa de exclusão imediata.
5. Não integram a proposta quaisquer outros documentos que o concorrente apresente, exceto os que sejam indispensáveis para os efeitos do disposto na alínea b) do n.º 1 do art.º 57.º do CCP.
6. A proposta deverá ser assinada pelo Concorrente ou por Representante com poderes para o obrigar, em cada um dos documentos previstos no número 1 da presente cláusula.

7. Para melhor elaboração do conteúdo da proposta deve a entidade concorrente analisar todo o conteúdo do Caderno de Encargos.

Artigo 11.º **Propostas Variantes**

Não são admitidas propostas variantes.

Artigo 12.º **Obrigação da Manutenção da Proposta**

Nos termos do artigo 65.º do CCP, o prazo mínimo da obrigação de manutenção das propostas é de 90 (noventa) dias, contados do termo do prazo fixado para a apresentação das mesmas.

Artigo 13.º **Alteração e/ou Retirada da Proposta**

1. Até ao termo do prazo fixado para apresentação das propostas, os concorrentes podem retirar as propostas que tenham apresentado, bastando comunicar tal facto à entidade adjudicante.
2. O exercício da faculdade prevista no número anterior não prejudica o direito de apresentação de nova proposta dentro daquele prazo.

Artigo 14.º **Lista dos Concorrentes e Consulta das Propostas**

1. Os serviços competentes, no dia útil imediato ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, procedem à publicitação da lista dos Concorrentes na plataforma eletrónica de contratação pública AcinGov, acessível através do sítio eletrónico www.acingov.pt.
2. Mediante a atribuição de um login e de uma password aos Concorrentes incluídos na lista, é facultada a consulta, diretamente na plataforma eletrónica referida no número anterior, de todas as propostas apresentadas.
3. O interessado que não tenha sido incluído na lista dos Concorrentes pode reclamar desse facto, no prazo de três dias contados da publicitação da lista, devendo para o efeito apresentar comprovativo da tempestiva apresentação da sua proposta.

4. Caso a reclamação prevista no número anterior seja deferida, mas não se encontre a proposta do reclamante, os serviços competentes fixam-lhe um novo prazo para a apresentar, sendo aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto nos n.ºs 1 e 2.

Artigo 15.º

Esclarecimentos sobre Documentos que Integram as Propostas

1. Poderão ser pedidos aos concorrentes quaisquer esclarecimentos sobre as suas propostas que considere necessários para efeito da análise e da avaliação das mesmas.
2. Se existirem fundadas dúvidas quanto à validade ou regularidade de qualquer documento, por este se encontrar rasurado ou apresentar qualquer outra irregularidade, poderá ser solicitado ao Concorrente (ou ao seu representante legal, se aplicável) que apresente o original ou cópia autenticada do mesmo.
3. Nos casos referidos nos números anteriores, os esclarecimentos e os documentos deverão ser prestados pelos concorrentes num prazo máximo de cinco dias.
4. Os esclarecimentos sobre as propostas prestados pelos respetivos concorrentes e os documentos referidos no n.º 2 fazem parte integrante das mesmas, desde que não contrariem os elementos constantes dos documentos que as constituem, não alterem ou completem os respetivos atributos, nem visem suprir omissões que determinam a sua exclusão.
5. Os esclarecimentos e os documentos referidos nos números anteriores devem ser disponibilizados na plataforma eletrónica, devendo todos os Concorrentes ser notificados desse facto.

Artigo 16.º

Análise das Propostas

1. As propostas são analisadas de acordo com critério de adjudicação melhor especificado no Artigo 18.º do presente Programa do Concurso.
2. São excluídas as propostas cuja análise revele, alguma das causas de exclusão legalmente previstas ou que violem o artigo 10.º, n.º 4 do presente Programa do Concurso.

Artigo 17.º
Avaliação das Propostas

As propostas validamente apresentadas e que não devam ser excluídas serão avaliadas, classificadas e graduadas das propostas, com base no critério definido no Artigo seguinte.

Artigo 18.º
Critério de Adjudicação

1. Nos termos do disposto na al. b) do n.º 1 do Artigo 74.º do CCP, a adjudicação será efetuada de acordo com o critério da proposta economicamente mais vantajosa, segundo a aplicação da modalidade monofator preço, enquanto único aspeto da execução do contrato a celebrar.
2. Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão as mesmas classificadas em função das seguintes regras aplicadas de forma sucessiva e enquanto houver necessidade de desempate:
 - a) Melhor autonomia em ciclo urbano;
 - b) Melhor consumo elétrico combinado;
 - c) Melhor potência;

Artigo 19.º
Relatório Preliminar

1. Após a análise das propostas, será elaborado um relatório preliminar, no qual é proposta a ordenação das mesmas.
2. No relatório preliminar deverá também ser proposta, fundamentadamente, a exclusão das propostas que se encontrem numa das situações previstas no n.º 2 e 3 do artigo 146.º do CCP.
3. Do relatório preliminar constará referência aos esclarecimentos prestados pelos concorrentes.

Artigo 20.º
Audiência Prévia

Elaborado o relatório preliminar, este será enviado a todos os concorrentes, sendo fixado um prazo de 5 (cinco) dias úteis, para se pronunciarem, por escrito, ao abrigo do direito de audiência prévia.

Artigo 21.º
Relatório Final

1. Cumprida a audiência prévia, será elaborado um relatório final fundamentado, no qual serão ponderadas as observações dos concorrentes, efetuadas ao abrigo do direito de audiência prévia, mantendo-se ou modificando-se o teor e as conclusões do relatório preliminar, podendo ainda ser proposta a exclusão de qualquer proposta se se verificar, nesta fase, a ocorrência de qualquer dos motivos previstos no n.º 2 do artigo 146.º do CCP.
2. No caso previsto na parte final do número anterior, bem como quando do relatório final resulte uma alteração da ordenação das propostas constante do relatório preliminar, terá lugar nova audiência prévia, nos termos previstos no artigo anterior, sendo subsequentemente aplicável o disposto no número anterior.
3. O relatório final, juntamente com os demais documentos que compõe o processo, é enviado ao órgão competente para a decisão de contratar, para efeitos de adjudicação.
4. Cabe ao órgão competente para a decisão de contratar decidir sobre a aprovação de todas as propostas contidas no relatório final, nomeadamente para efeitos de adjudicação.

Artigo 22.º
Escolha do Adjudicatário

Depois de cumpridas as formalidades previstas na lei, o órgão competente para a decisão de contratar toma a decisão de adjudicação.

Artigo 23.º
Notificação da Decisão de Adjudicação

1. A decisão de adjudicação deverá ser notificada aos Concorrentes até ao termo do prazo da obrigação de manutenção das propostas, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do CCP.
2. Juntamente com a notificação da decisão de adjudicação, o órgão competente para a decisão de contratar envia ao adjudicatário a minuta do contrato.

Artigo 24.º

Documentos de habilitação

1. O Adjudicatário deve apresentar, no prazo de 5 (cinco) dias a contar da notificação da decisão de adjudicação, os documentos de habilitação seguintes:
 - a) **Declaração de Habilitação**, emitida conforme modelo constante do **Anexo II** ao presente Programa do Concurso, assinada eletronicamente;
 - b) **Documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do artigo 55.º do CCP**, nomeadamente, certidões de registo criminal do adjudicatário e de todos os titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência, que se encontrem em efetividade de funções e declarações de não dívida à Segurança Social e às Finanças;
 - c) **Registo Central do Beneficiário Efetivo (RCBE)**.
2. Todos os documentos de habilitação do Adjudicatário devem ser redigidos em língua portuguesa e ser apresentados através da plataforma eletrónica referida no presente Programa do Concurso.
3. Será concedido um prazo adicional de 2 (dois) dias, a contar da notificação para o efeito, para que o Adjudicatário proceda à supressão de irregularidades detetadas nos documentos apresentados que possam levar à caducidade da adjudicação nos termos do disposto no Artigo 86.º do Código dos Contratos Públicos.
4. O órgão competente para a decisão de contratar pode sempre exigir ao Adjudicatário, no prazo que fixar para o efeito, a apresentação dos originais de quaisquer documentos cuja reprodução tenha sido apresentada nos termos do disposto no n.º 1 do presente artigo, em caso de dúvida fundada sobre o conteúdo ou a autenticidade destes, sendo aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto no Artigo 86.º do Código dos Contratos Públicos.
5. Quando o adjudicatário for um agrupamento de pessoas singulares ou coletivas os documentos previstos nas alíneas a) e b) do número anterior devem ser apresentados por cada um dos seus membros.

Artigo 25.º

Não Apresentação dos Documentos de Habilitação

1. A adjudicação caduca se, por facto que lhe seja imputável, as entidades adjudicatárias não apresentarem os documentos de habilitação no prazo fixado no presente Programa do Concurso.
2. Quando as situações previstas no número anterior se verificarem por facto que não seja imputável às entidades adjudicatárias, será concedido, em função das razões invocadas, um prazo adicional para apresentação dos documentos em falta, sob pena de caducidade da adjudicação.

Artigo 26.º

Falsidade de Documentos e Declarações

Sem prejuízo da participação às entidades competentes para efeitos de procedimento criminal, a falsificação de quaisquer documentos de habilitação ou a prestação culposa de falsas declarações determina a caducidade da adjudicação, sendo aplicável o disposto no n.º 1 do Artigo 25.º.

Artigo 27.º

Prestação de Caução

Nos termos do n.º 2 do artigo 88.º do CCP, o adjudicatário encontra-se dispensado da prestação de caução.

Artigo 28.º

Minuta do Contrato

1. A minuta do contrato será enviada para aceitação do Adjudicatário, juntamente com a notificação da decisão de adjudicação e considerar-se-á aceite por este quando haja aceitação expressa ou, quando não haja reclamação nos **2 (dois)** dias subsequentes à respetiva notificação.
2. No prazo de 10 (dez) dias a contar da data de receção da reclamação, o órgão que aprovou a minuta do contrato notifica o Adjudicatário da sua decisão, equivalendo o silêncio à sua rejeição.

Artigo 29.º
Celebração do Contrato

1. A outorga do contrato deve ter lugar no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da aceitação da minuta ou da decisão sobre a reclamação contra aquela.
2. O órgão competente para a decisão de contratar comunica ao prestador de serviços, com a antecedência mínima de 5 (cinco) dias, a data, hora e local em ocorrerá a outorga do contrato.
3. A adjudicação caduca se, por facto que lhe seja imputável, o prestador de serviços não comparecer no dia, hora e local fixados para a outorga do contrato.

Artigo 30.º
Despesas e Encargos do Concorrente

Constituem encargos do Concorrente as despesas inerentes à elaboração da proposta.

Artigo 31.º
Legislação Aplicável

Em tudo o que não esteja especialmente previsto no presente Programa do Concurso aplica-se o regime previsto no Código dos Contratos Públicos (Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de janeiro) na sua redação atual e demais legislação aplicável.

ANEXO I
Declaração de Aceitação

1. ...⁽¹⁾, portador do ...⁽²⁾ com o número ...⁽³⁾ e morada em ...⁽⁴⁾, na qualidade de representante legal de ...⁽⁵⁾, número de identificação fiscal ...⁽⁶⁾, com sede em ...⁽⁷⁾, tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do Programa do Concurso e especificações técnicas relativas à execução do Contrato a celebrar na sequência do procedimento com a referência "2024_CP31" bem como do Caderno de Encargos aplicável ao procedimento, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada se obriga a executar o referido Contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado Caderno de Encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.
2. Declara também que executa o referido Contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo ⁽⁸⁾:
 - a) ...
 - b) ...
 - ...
3. Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.
4. Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do Artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.
5. O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do Artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de proibição do direito de participar, como candidato, como Concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou Concorrente, em qualquer

¹ Nome do signatário;

² Tipo de documento de identificação do signatário;

³ Número do documento de identificação do signatário;

⁴ Domicílio profissional do signatário;

⁵ Nome da empresa concorrente;

⁶ Número de identificação pessoa coletiva;

⁷ Morada da empresa concorrente;

⁸ Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b) e c) do n.º 1 e no n.º 3 do Artigo 57.º do CCP

procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6. Quando a entidade adjudicante o solicitar, o Concorrente obriga-se, nos termos do disposto no Artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do n.º 1 do Artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.
7. O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do Artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

...,⁽⁹⁾

...⁽¹⁰⁾

⁹ Indicação do local e data

¹⁰ Assinatura digital nos termos do disposto nos números 4 e 5 do artigo 57.º do Código dos Contratos Públicos

ANEXO II
Declaração de Habilitação

1. ... ⁽¹⁾, portador do ... ⁽²⁾ com o número ... ⁽³⁾ e morada em ... ⁽⁴⁾, na qualidade de representante legal de ... ⁽⁵⁾, número de identificação fiscal ... ⁽⁶⁾, com sede em ... ⁽⁷⁾, adjudicatária no procedimento com a referência “2024_CP31”, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do Artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.
2. O declarante junta em anexo os documentos comprovativos de que a sua representada não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do Artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.
3. O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do Artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

..., ⁽⁸⁾

... ⁽⁹⁾

¹ Nome do signatário;

² Tipo de documento de identificação do signatário;

³ Número do documento de identificação do signatário;

⁴ Domicílio profissional do signatário;

⁵ Nome da empresa concorrente;

⁶ Número de identificação pessoa coletiva;

⁷ Morada da empresa concorrente;

⁸ Indicação do local e data;

⁹ Assinatura digital qualificada.

ANEXO III
Modelo de Proposta

... ⁽¹⁾, portador do ... ⁽²⁾ com o número ... ⁽³⁾ e morada em ... ⁽⁴⁾, na qualidade de representante legal da ... ⁽⁵⁾, com número de identificação fiscal ... ⁽⁶⁾ e com sede sita na ... ⁽⁷⁾, depois de ter tomado conhecimento do procedimento para a “aquisição de 3 automóveis elétricos para posterior locação financeira/leasing” com a referência 2024_CP31, declara que a sua representada se obriga a executar o objeto contratual em conformidade com o caderno de encargos, mais declara que:

- a) Tomou integral conhecimento do conteúdo do Caderno de Encargos;
- b) A sua representada compromete-se a executar o objeto do presente procedimento pelo montante total de € ---.---,-- (----- euros) ⁽⁸⁾, a que acresce o IVA;
- c) Propõe 3 (três) veículos elétricos da marca -----, modelo -----, autonomia em ciclo urbano -----, consumo elétrico combinado, -----, potência -----, identificados na(s) ficha(s) técnica(s) submetida(s);

... ⁽⁹⁾

... ⁽¹⁰⁾

¹ Nome do signatário;

² Tipo de documento de identificação do signatário;

³ Número do documento de identificação do signatário;

⁴ Domicílio profissional do signatário;

⁵ Nome da empresa concorrente;

⁶ Número de identificação pessoa coletiva;

⁷ Morada da empresa concorrente;

⁸ Valor total da proposta por algarismos e por extenso;

⁹ Indicação do local;

¹⁰ Assinatura digital